



## JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – item 09

**Pregão Eletrônico nº 013/2025 – Processo nº 049/2025**

**Objeto:** registro de preços contratação de empresa para fornecimento de dieta enteral, fórmulas lácteas e suplementos alimentares, a fim de atender pacientes com diversas patologias em especial, oncológicos e desnutridos que necessitam de suporte nutricional e vinculados à Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, pelo prazo de 12 (doze) meses

**Recorrente:** União Nutricional LTDA – CNPJ nº 39.835.028/0001-84

**Recorrida:** Humana Alimentar - Distribuidora de Medicamentos e Produtos Nutricionais LTDA – CNPJ nº 02.786.436/0001-83

**Data da sessão pública:** 14/08/2025, às 09h00; retomada em 29/08/2025, às 10h00

### 1. DAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa acima indicada, doravante denominada RECORRENTE, cujas razões serão delineadas em seguida.

As razões recursais foram juntadas no Portal de Compras de Angatuba ([licitaangatuba.com.br](http://licitaangatuba.com.br)), bem como as contrarrazões apresentadas pela recorrida.

A íntegra das razões e das contrarrazões do referido Pregão estão disponíveis ao público em geral no Portal mencionado.

Assim sendo, atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal, quais sejam, *sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação* (Acórdão 1.929/2013-TCU-Plenário), este Pregoeiro tomou conhecimento dos fatos, para a luz dos preceitos legais e das normas editalícias que regem a matéria, analisar os fundamentos apresentados.

### 2. DO RECURSO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, nos incisos I e II do art. 165, a unicidade quanto ao momento de efetivação da interposição do recurso (com a apresentação das razões recursais) e quanto à apreciação do pleito recursal:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste





artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O prazo para a apresentação de recursos encerrar-se-ia em 03 de setembro de 2025, e o de contrarrazões em 08 de setembro de 2025. A decisão do Pregoeiro deverá ser proferida até 11 de setembro de 2025.

### **3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

#### **3.1. União Nutricional LTDA**

A Recorrente interpôs recurso administrativo em face de sua desclassificação no item 09, insurgindo-se contra a decisão que concluiu pelo descumprimento da especificação técnica obrigatória constante do Termo de Referência. Em sua peça, sustenta que o produto ofertado atende às finalidades estabelecidas, razão pela qual a exclusão de sua proposta teria ocorrido de forma indevida.

A Recorrente afirma que a exigência de composição mínima de 70% de óleo de coco, constante do descritivo do item, não deve ser interpretada de maneira restritiva e absoluta, mas sim como um parâmetro indicativo ou sugestivo, voltado a assegurar que o produto atenda ao destino fim do uso.

Nesse contexto, a Recorrente aduz que o item por ela ofertado cumpre a finalidade do objeto, por ser produzido a partir do óleo de coco, do qual se extraem os ácidos C8 (ácido caprílico) e C10 (ácido cáprico), além de conter óleo de milho, rico em ácido linoleico, componente classificado como ácido graxo essencial. Dessa forma, entende não haver razão para a desclassificação de sua proposta, requerendo a reavaliação do ato impugnado e o restabelecimento de sua classificação no certame.

### **4. DAS CONTRARRAZÕES**

#### **4.1. Humana Alimentar - Distribuidora de Medicamentos e Produtos Nutricionais LTDA**

Sustenta que o Termo de Referência foi expresso ao exigir que o produto contivesse, em sua formulação, o percentual mínimo de 70% de óleo de coco, de modo que não há margem para flexibilizações ou interpretações alternativas quanto ao cumprimento desse requisito.

Segundo a Recorrida, a tentativa da Recorrente de relativizar a exigência editalícia, afirmando tratar-se de parâmetro sugestivo ou de que bastaria a equivalência técnica, contraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Argumenta que, em observância ao princípio da isonomia, não se pode admitir que uma licitante seja beneficiada com critérios distintos daqueles aplicados às demais, sob pena de comprometer a legalidade do procedimento e a própria segurança jurídica do certame.





Aduz, por fim, que o produto ofertado pela União Nutricional não preenche a exigência objetiva constante do Termo de Referência, ao passo que o suplemento indicado pela Humana Alimentar, "MCT com AGE 250 ml – Vitafor", atende integralmente às especificações técnicas. Dessa forma, pugna pelo não provimento do recurso interposto, pela manutenção da desclassificação da União Nutricional e pela ratificação da decisão que a reconheceu como classificada no item em disputa.

## **5. DA ANÁLISE DO RECURSO**

Analizadas as razões recursais e as respectivas contrarrazões, e à luz das normas de regência e da jurisprudência aplicável, a controvérsia central do presente julgamento cinge-se a apenas um ponto:

I. O atendimento ou não da exigência editalícia de que o produto ofertado contenha, em sua formulação, no mínimo, 70% de óleo de coco.

Na primeira fase recursal, o **item 09** foi analisado em estrita observância aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo. Constatou-se que a proposta da **União Nutricional**, relativa ao produto "TCM AGE" da marca Nuteral, **não atendia à exigência expressa do Termo de Referência de composição com 70% de óleo de coco**. A flexibilização desse requisito, mesmo diante da finalidade terapêutica do item (fornecimento de Triglicerídeos de Cadeia Média), foi considerada juridicamente inviável, pois o edital é a lei interna do certame, vinculando Administração e licitantes.

A interpretação de cláusulas que permitem produtos de "qualidade igual ou superior" **não autoriza o descumprimento de especificações mínimas**, sob pena de transformar julgamento objetivo em subjetivo, o que viola a isonomia entre concorrentes. A jurisprudência do TCU, notadamente a Súmula nº 177 e o Acórdão 759/2025-TCU-Plenário, reforça que a aceitação de produto diverso do exigido pelo edital **fere a isonomia e compromete a competitividade do certame**.

Por fim, a decisão da primeira fase destacou que aceitar a proposta da União Nutricional criaria **incoerência com as decisões adotadas nos itens 03 e 06**, configurando "dois pesos e duas medidas". Assim, concluiu-se pela desclassificação da proposta, mantendo a coerência administrativa e o respeito às normas legais e técnicas aplicáveis, nos termos do art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021.

O presente recurso interposto objetiva a revisão da decisão que desclassificou a proposta da recorrente no Item 09, sob a alegação de que o produto ofertado atenderia às finalidades previstas no Termo de Referência. A Recorrente sustenta que o percentual mínimo de 70% de óleo de coco indicado no edital seria parâmetro meramente sugestivo, passível de flexibilização, desde que o produto possua composição equivalente ou de qualidade superior.

A análise do recurso deve ser realizada em consonância com os princípios da **vinculação ao instrumento convocatório**, da **isonomia** e do **julgamento objetivo**, que norteiam a Lei nº 14.133/2021. O edital, como lei interna do certame, estabelece requisitos mínimos de composição que devem ser rigorosamente atendidos por todos os licitantes. A interpretação de cláusulas que permitem a apresentação de produtos de "qualidade igual ou superior" não autoriza, sob qualquer circunstância, a flexibilização de **exigências técnicas obrigatórias**, sob pena de violar a isonomia e comprometer a competitividade do certame. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especialmente a Súmula nº 177 e o Acórdão nº 759/2025-TCU-Plenário, já enunciados anteriormente.

No caso em análise, o produto "TCM AGE 250 ml" ofertado pela União Nutricional não atende à exigência expressa do Termo de Referência de composição mínima de 70% de óleo de coco, requisito que possui caráter **mandatório e objetivo**. A tentativa de relativização do percentual, apresentando composição parcialmente diversa, não se coaduna com os critérios técnicos definidos pelo edital e não pode ser aceita como equivalente, ainda que o





produto possua finalidade terapêutica similar. Ademais, admitir tal flexibilização criaria precedente incompatível com a decisão adotada nos itens 03 e 06, gerando tratamento desigual entre licitantes ("dois pesos e duas medidas"), situação que deve ser evitada para assegurar a **coerência administrativa e a legalidade do certame**.

Acaso a ora licitante detivesse divergência acerca da exigência técnica constante no item, a mesma poderia prestar esclarecimentos ou, se entendesse cabível, protocolizar sua impugnação. Assim, pois, conforme o próprio Edital:

8.9. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na **presunção de que os interessados não tiveram dúvidas** a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos. **(grifei)**

## **Conclusão**

Diante do exposto, e considerando a necessidade de respeito absoluto às disposições legais e editalícias que regem o certame, bem como a imperatividade de garantir a isonomia entre os licitantes e a coerência dos atos administrativos, conclui-se:

I. Que a desclassificação da recorrente para o item 09 é medida necessária, ratificando a decisão da primeira fase recursal, por descumprimento às especificações técnicas vinculadas ao mesmo.

## **6. DA DECISÃO**

A licitação tem como finalidade atender ao interesse público e selecionar a proposta mais vantajosa que atenda às exigências do instrumento convocatório, o qual se torna lei entre as partes, respeitando também os princípios constitucionais e administrativos.

As ações do Pregoeiro são fundamentadas na legislação e nas exigências do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 013/2025**. Essas ações respeitam os princípios de legalidade, eficiência, razoabilidade, isonomia, proporcionalidade e do julgamento objetivo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Por todo exposto e segundo entendimento dos princípios mencionados, em consonância com os ditames da Lei nº 14.133/2021, dos termos do edital e todos os atos até então praticados, bem como em atenção ao recurso impetrado pelas Recorrente, DECIDO POR ADMITIR E CONHECER O RECURSO interposto, para no mérito, julgá-lo:

**I. IMPROCEDENTE**, mantendo a proposta da Recorrida como a única aceitável, com fundamento no art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021.

Encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise, consideração e decisão final sobre o recurso administrativo em tela.

Angatuba/SP, 11 de setembro de 2025.

**Bruno Augusto de Oliveira Neves**  
**Pregoeiro/Agente de Contratação**